

## Verão quente no Líbano

O Líbano está perante outro Verão de incerteza e violência. A luta política interna desencadeada pelo assassinato do antigo primeiro-ministro, Rafiq Hariri, em Fevereiro de 2005, e a subsequente retirada das tropas sírias do país levou a uma séria crise constitucional. A coligação «14 de Março», pró-Estados Unidos, liderada pelo filho de Hariri, Saad, e que conta no seu seio, entre outras personalidades, com o actual primeiro-ministro, Fuad Siniora, enfrenta uma coligação de oposição liderada pelo Hezbollah e pelo antigo comandante do exército Michel Aoun (que é o mais popular político cristão), e que conta também com o Presidente do Parlamento e o Presidente da República. Os dois lados acusam-se mutuamente de ilegitimidade e de actuação inconstitucional, o que levou à fragmentação das instituições estatais, à polarização da opinião pública, ao crescimento das tensões sectárias e à criação de um vácuo de segurança que é largamente explorado por diversos elementos terroristas, que agora actuam livremente no país.

Este impasse interno foi gravemente exacerbado pela existência de fortes interesses conflituais, internacionais e regionais, envolvidos no jogo norte-americano da «guerra contra o terrorismo» – levando ao choque entre os Estados Unidos, Israel e os chamados regimes árabes sunitas «moderados» (que, na verdade, são vistos pelos árabes como impopulares e pouco democráticos) e os actores considerados «extremistas», como o Irão, a Síria, o Hezbollah e o Hamas – à custa da estabilidade e desenvolvimento do Líbano.

Assim, no Verão passado, Israel aproveitou uma relativamente insignificante escaramuça fronteiriça com o Hezbollah – similar às que se foram sucedendo desde a incompleta retirada israelita do sul do Líbano, em 2000 – e lançou uma guerra contra o Líbano, numa clara violação do direito internacional. O seu objectivo era destruir o Hezbollah (livrando a região da mais popular e eficaz resistência à hegemonia israelita) e fazer com que o equilíbrio de poder libanês pendesse para o lado da coligação «14 de Março».

Quando a «cessação de hostilidades», na sequência da resolução 1701 das Nações Unidas, se tornou real, após 34 dias de conflito, mais de 1100 civis libaneses tinham sido mortos, 4000 feridos, um milhão de refugiados e deslocados, 15 mil casas destruídas, e as infra-estruturas, por todo o país, estavam gravemente danificadas. Com este grau de destruição, não existem vencedores, mas foi consensual considerar que o exército israelita tinha sido humilhado e que o Hezbollah tinha saído da guerra mais popular do que nunca.

A resolução 1701 lançou as bases para a criação da «UNIFIL II», uma versão reforçada da missão original UNIFIL, autorizada pela resolução 415 do Conselho de Segurança da ONU (1978), com o objectivo de confirmar a retirada de Israel, na sequência da primeira grande invasão israelita do Líbano, em 1978. A UNIFIL II – composta por elementos de 30 países mas, na prática, uma operação liderada pela União Europeia, dirigida por um general italiano – tem agora mais de 13 mil militares no terreno. O seu mandato foi alargado de modo a abarcar os termos do cessar-fogo e a auxiliar o governo (e as forças armadas) do Líbano na expansão da sua autoridade no sul do país. Os Estados Unidos e Israel procuraram fazer com que o mandato da UNIFIL II incluísse um papel mais activo no desarmamento do Hezbollah, algo que analistas razoáveis entendem ser contrário tanto à Resolução 1701 como à realidade no terreno (pois a segurança das tropas da UNIFIL acaba, na realidade, por depender do Hezbollah).

Ao contrário do que sucedeu com os contingentes iniciais, as tropas da UNIFIL II são vistas, e com alguma lógica, com alguma suspeição por parte de muitos libaneses, pois consideram que a ONU perdeu globalmente a sua neutralidade – logo a credibilidade – devido às desastrosas políticas dos Estados Unidos na região, do Iraque à Palestina e ao Líbano.

Entretanto, uma nova ameaça surgiu recentemente no Líbano, fruto de toda esta instabilidade: a emergência de grupos radicais salafitas (sunitas), inspirados pela al-Qaida. Há mais de quatro semanas que o exército libanês trava uma guerra brutal contra um desses grupos («Fatah al Islam») no campo de refugiados palestinos de Nahr el Bared (perto de Tripoli). Centenas de pessoas morreram ou foram feridas quando os refugiados palestinos – já a viverem em terríveis condições e num limbo legal desde que foram expulsos da Palestina, em 1948 – foram forçados a fugir para outros (já de si sobrepovoados) campos, ou a permanecerem nas suas casas, enfrentando diariamente bombardeamentos indiscriminados. De qualquer dos modos, enfrentam uma situação de desastre humanitário em relação à qual a maioria dos libaneses – e uma comunidade internacional que há muito abandonou estes refugiados, com receio de ofender Israel – recusa assumir responsabilidades.

Os grupos de oposição libanesa acusaram abertamente os líderes, pró-Estados Unidos, do «14 de Março» (financiados pela Arábia Saudita) de albergarem estes terroristas, na sua maioria não-palestinos, para construir um «exército sunita» que pudesse enfrentar as forças xiitas do Hezbollah, um plano condenado ao fracasso. A coligação «14 de Março», entretanto, acusa a Síria de infiltrar estes terroristas para «punir» o Líbano pelo fim da hegemonia síria, há dois anos, bem como de estar na origem do assassinio de Rafiq Hariri (a resolução 1757, do Conselho de Segurança da ONU, de Maio de 2007, criou um tribunal penal internacional para julgar a morte do antigo primeiro-ministro libanês).

Com toda esta confusão, muitos analistas acreditam que toda esta tensão atingirá o seu clímax este Verão. A oposição exige um governo de unidade nacional (para restaurar a fórmula de partilha de poder que sempre sustentou o sistema político libanês), a que se seguiriam eleições legislativas antecipadas (que acredita que pode vencer), que abririam o caminho para as eleições presidenciais (o Presidente é eleito pelos deputados). A coligação «14 de Março» insiste que a prioridade é a Presidência (pois agora tem uma ligeira maioria parlamentar), seguindo-se um governo de unidade nacional. Enquanto sentir o apoio inequívoco dos Estados Unidos e da União Europeia – como tem sucedido até agora – não sentirá necessidade de chegar a um compromisso. Neste caso, lá para Setembro, o Líbano poderá ter dois governos e a fragmentação das instituições estatais continuará. Esta será uma receita para o desastre, pois os terroristas da al-Qaida continuarão a entrar no Líbano, Israel manterá a sua hostilidade em relação ao país e a segurança para todos os libaneses – já para não falar de desenvolvimento – atingirá o ponto mais baixo de sempre. Esperemos que mentes mais racionais vinguem e que se atinja rapidamente uma solução política.

Karim Makdisi . Universidade Americana de Beirute